

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.611 - SP (2019/0294175-9)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : EVERTON APARECIDO DE SOUZA SILVA
ADVOGADO : EVERTON APARECIDO DE SOUZA SILVA - SP376010
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEAN RODRIGUES DA LUZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEAN RODRIGUES DA LUZ contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação n. 0001070-54.2017.8.26.0617.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado a pena de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, no regime semiaberto, e ao pagamento de 15 dias-multa, como incurso nos arts. 157, § 2.º, incisos I e II, do Código Penal e 244-B da Lei n. 8.069/90.

No julgamento da apelação da acusação, o Tribunal de origem reformou a decisão de origem para alterar o regime inicial para o fechado.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que a alteração do regime prisional de cumprimento de pena não restou devidamente fundamentado.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja restabelecido o regime inicial semiaberto.

É o relatório.

A princípio, insurgindo-se a impetração contra acórdão do Tribunal de origem em sede de apelação, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos,

Superior Tribunal de Justiça

devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal impetrado.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

